

## AS REFORMAS EDUCACIONAIS DE FRANCISCO CAMPOS E GUSTAVO CAPANEMA: O INÍCIO DE UMA REESTRUTURAÇÃO DE ENSINO NO BRASIL

### THE EDUCATIONAL REFORMS OF FRANCISCO CAMPOS AND GUSTAVO CAPANEMA: THE BEGINNING OF AN EDUCATIONAL RESTRUCTURING IN BRAZIL

Emmanuely Helueny Aguiar de Andrade<sup>1</sup>, John Kenede Batista Lima<sup>1</sup>, Müller Padilha Gonçalves<sup>1</sup> e Vicente Bessa Neto<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Acre; *E-mail*: emmanuely.andrade@sou.ufac.br,

<sup>1</sup>john.lima@sou.ufac.br, *E-mail*: muller.goncalves@sou.ufac.br

<sup>2</sup>Instituto Federal do Acre; *E-mail*: vicente.neto@ifac.edu.br

Artigo recebido em 12/09/2022 aceito para publicação em 30/09/2022

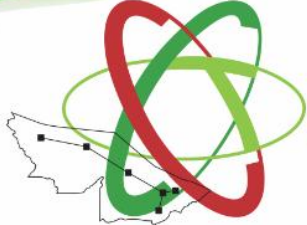
#### Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar o papel de Francisco Campos e Gustavo Capanema como os primeiros-ministros do Ministério da Educação e Saúde durante o governo de Getúlio Vargas. Para realização do presente trabalho optou-se pela utilização como metodologia a pesquisa documental e bibliográfico dentro de uma abordagem de caráter qualitativa. O trabalho está dividido em cinco seções tratando tanto do governo provisório de Getúlio Vargas como a trajetória política de Francisco Campos e Gustavo Capanema. Outro aspecto destacado trata-se da caracterização da restauração e reforma do sistema educacional brasileiro. Por fim, temos como conclusão que a gestão de Francisco Campos e Gustavo Capanema durante o governo de Getúlio Vargas tiveram grande papel no processo de reestruturação e organização do ensino brasileiro, principalmente no que tangem a manutenção do caráter dualista e elitista destinando o ensino técnico-profissionalizante à classe trabalhada menos favorecida e o ensino secundário destinado a classe oligárquica.

**Palavras-chave:** Educação; Ensino; Modernização; Reforma; Reestruturação.

#### Abstract

This article aims to present the role of Francisco Campos and Gustavo Capanema as the first ministers of the Ministry of Education and Health during the government of Getúlio Vargas. In order to carry out the present work, we chose to use documentary and bibliographic research as a methodology within a qualitative approach. The work is divided into five sections dealing with both the provisional government of Getúlio Vargas and the political trajectory of Francisco Campos and Gustavo Capanema. Another highlighted aspect is the characterization of the restoration and reform of the Brazilian educational system.



Finally, it is concluded that the management of Francisco Campos and Gustavo Capanema during the government of Getúlio Vargas had a great role in the process of restructuring and organization of Brazilian education, especially with regard to the maintenance of the dualist and elitist character destining technical-educational education. vocational training for the less favored working class and secondary education for the oligarchic class.

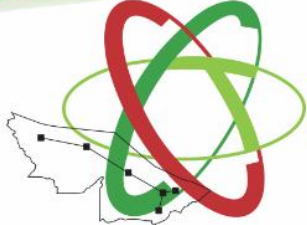
**Keywords:** Education; Teaching; Modernization; Remodeling; Restructuring.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 1889, o Brasil passa do regime de governo imperialista para o regime republicano. A economia se mantém como agroexportadora, sendo o setor cafeeiro o principal exportador. Na política, as oligarquias são regionais, oriundos principalmente dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, estados estes, que dominavam politicamente o país. Porém, os oligarcas de Minas Gerais e São Paulo tinham uma maior articulação política, alternando, através de acordos, o representante do governo republicano, ficando esse período político conhecido como Política do Café com Leite.

Nos anos seguintes, o país vai passando por grandes mudanças econômicas. O setor cafeeiro entra em crise, porém, o setor da indústria, como a têxtil, começa a se sobressair. Com essa industrialização e a estruturação urbana crescente no país, começaram a surgir a classe média composta por trabalhadores urbanos e por militares. Com essa nova composição social, as intervenções e manifestações políticas começam a ressurtir. A contradição dos ideais das classes dominantes e dominadas ficavam cada vez mais claras, a educação por exemplo, era um tema que estava sendo bastante discutido pelo reconhecimento da precarização do seu sistema.

Nesse cenário de pressões e interesses políticos, ocorre a Revolução de 30, composta pelos oligarcas que não estavam satisfeitos com o governo, pois a alternância do poder que era entre políticos paulistas e mineiros, não seria seguida. O então presidente, Washigton Luís, representante dos oligarcas paulistas, estava apoiando o candidato, também paulista, Júlio Prestes. Essa



quebra do acordo de alternância de poderes, fez com que aumentasse ainda mais a instabilidade política na época.

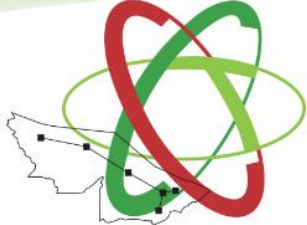
Com uma crise política já instaurada, os oligarcas e militares do sul aproveitaram a oportunidade, se organizaram e lançaram um candidato para as eleições para que concorresse diretamente com Júlio Prestes, o candidato dos oligarcas sulistas era Getúlio Dornelles Vargas.

Júlio Prestes venceu as eleições com uma grande vantagem sobre Vargas, porém esse resultado estimulou ainda mais os ares revolucionários que estavam surgindo. Após o assassinato de João Pessoa, candidato a vice de Vargas, ocorre o golpe militar que retira o então presidente Washington Luís do poder, colocando o conservador Getúlio Vargas para presidir provisoriamente o país, com uma crise social, política e econômica em suas mãos.

A pressão por uma reforma educacional, é intensificada pelas camadas populares e por aqueles que viam na educação uma forma de civilização e de progresso, pois temos um país que está deixando a economia do setor agrário para começar tardiamente, uma modernização no setor industrial, tornando-se necessário um sistema educacional onde atenda de modo satisfatório as necessidades de todas as classes.

Os intelectuais da área educacional, filósofos e demais profissionais, já exigiam uma reforma educacional e que todos tivessem acesso. Ribeiro (1988, p. 91) afirma que não era preciso apenas a educação e a cultura, era preciso reestruturá-las. Por essa razão, a urgência de uma reforma educacional foi tanta que, assim que Getúlio Vargas assume o governo provisório, nomeia o primeiro-Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos.

Campos já era bem conhecido no meio político, havia sido deputado federal e Secretário do Interior de Minas e foi um dos responsáveis por implantar a Universidade de Minas Gerais. Também de base conservadora, assim como Getúlio, entendia na educação a chance de fomentar o progresso do país, e através de seu mandato utilizou um modelo organizacional de ensino atendendo os anseios de educadores, classes baixas e médias que visavam uma reforma educacional que não atendessem apenas a classe dominante. Dessa forma,



organizando o ensino secundário, e de acordo com Dallabrida (2009, p. 185), tornando esses estudantes secundaristas autorregulados e produtivos para uma sociedade disciplinar a capitalistas que se estabelecia no Brasil de 1930.

No ano de 1937, o presidente da república Getúlio Vargas, instaura o regime brasileiro denominado como Estado Novo que é marcado pelos aspectos de autoritarismo, centralização, nacionalização e modernização (MONTALVÃO, 2021).

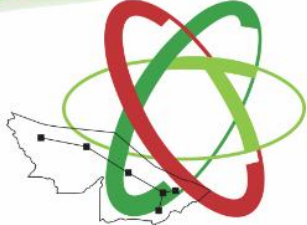
Durante o Estado Novo, que perdurou entre os anos de 1937 e 1945, com o objetivo de fortalecer a nação nos moldes nacionalistas e modernistas, Getúlio Vargas em julho de 1934 nomeia Gustavo Capanema como ministro da educação e saúde. Capanema assume o ministério com uma política de educação nacionalista como ideário de formar o cidadão “completo, útil, para uma ação necessária e defina: construir a nação brasileira” (SOUZA, 2014, p. 7).

Gustavo Capanema, nomeado como ministro da educação e saúde durante governo de Getúlio Vargas, permanece no cargo nos anos de 1934 a 1945. Sua Gestão e reconhecida como o ministro de perdurou por mais tempo no cargo e pelas reformas realizadas no sistema educacional brasileiro.

Dentre as reformas no sistema educacional realizadas por Gustavo Capanema, podemos destacar: a reestruturação do ensino secundário em dois ciclos, denominados de ginásial, com duração de 04 anos e colegial, com duração de 03 anos. Cabe destacar que a reorganização de Capanema perdura até a década de 1970, substituído pelo 01º e 02º grau, conforme aponta Dallabrida (2009, p. 187), “divisão que permaneceu na estrutura do ensino brasileiro até o início da década de 1970, quando foi criado o 1º grau, a partir de fusão do curso primário com o ciclo ginásial, e o 2º grau, formado pelo ciclo colegial”.

A reforma de Capanema constitui a reestruturação do sistema educacional de ensino brasileiro durante a gestão do Estado Novo do presidente Getúlio Vargas, compreendendo o período entre os anos de 1934 a 1945. A reestruturação ocorre pela reforma do ensino secundário, implantação do ensino





comercial e industrial, com implantação de um ideário de cunho nacionalista da modernização conservadora.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE pela Universidade Federal do Acre – UFAC. Para realização do presente trabalho optou-se pela utilização como metodologia a pesquisa documental e bibliográfico dentro de uma abordagem de caráter qualitativa, elaborada com base em artigos científicos publicados em períodos, livros e dissertações de relevância encontrados sobre a temática.

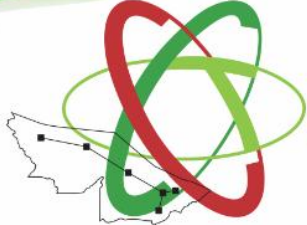
O presente artigo está dividido em cinco seções: a primeira seção trata da abordagem referente ao governo provisório de Getúlio Vargas ocorrido nos anos de 1930 a 1934. A segunda seção abrange a trajetória política de Francisco Campos até a instituição do governo provisório de Vargas. A terceira seção destaca os principais acontecimentos na reforma educacional realizada por Francisco Campos. Na quarta seção destacamos a gestão de Gustavo Capanema Filho e por fim na última seção destacamos a caracterização da reestruturação do sistema educacional brasileiro.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 GOVERNO PROVISÓRIO DE GETÚLIO VARGAS (1930 – 1934)

Para que se possa compreender a Era Vargas, é necessário que destaque aqui a divisão do período de 15 anos do seu governo: Governo Provisório (1930 – 1934), Governo Constitucional (1934 – 1937) e Estado Novo (1937 – 1945). Nesse texto, iremos considerar apenas o Governo Provisório, pois foi nesse período que tivemos as ações de Francisco Campos no campo educacional.

O Governo Provisório de Getúlio Vargas iniciou em novembro de 1930 através de um Golpe Militar, no qual teve o fechamento do congresso nacional,



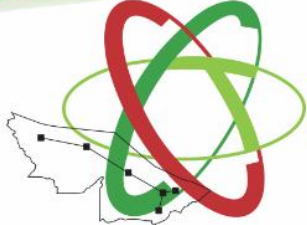
das assembleias municipais e estaduais. Tinha como objetivo reestruturar a política brasileira.

A principal motivação para instauração do governo provisório tem como base a insatisfação com o governo de Washigton Luís, e o desejo de rompimento com a política oligárquica, motivada pela crise econômica no país (crise de 1929), fez com que Vargas fosse posto no poder. Hilsdorf (2003), descreve como foi o governo provisório instituído por Vargas:

Pode-se dizer que o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu o capital nacional, apoiado nas Forças Armadas, nos trabalhadores urbanos cooptados por conta do sindicalismo patronal e na burguesia nacional, no interior da qual os industriais vão gradativamente dividir o poder com os agricultores (HILSDORF, 2003, p. 93).

Nesse primeiro momento, o governo já enfrentava uma grande crise social, política e econômica. Vargas queria um poder centralizado e autoritário, a prova disso foi o fechamento do Congresso Nacional e a revogação da Constituição de 1891. Ele também foi se afastando dos oligarcas e se aproximando de outras lideranças, buscando seu apoio, incluindo as camadas populares. Porém, manter-se no poder após o golpe era um desafio, como bem diz Ribeiro (1988, p. 94) “A sobrevivência nacional, a organização política dos estados, a insatisfação das massas, o pavor dos comunistas e pretistas e a necessidade de satisfazer os amigos...” eram problemas recorrentes que exigiam uma resolução para que Getúlio Vargas pudesse dar um bom andamento do seu mandato.

Uma das grandes metas do período do governo de Vargas era modernizar o setor industrial, tirando o país do setor agrário. Para atender o cenário capitalista industrial, era necessário investir na educação, e na demanda pela formação escolar para que fosse possível ter trabalhadores mais qualificados. Mas esse cenário, já era reivindicado ou mesmo discutido desde 1920, no qual já haviam manifestações por uma reforma de ensino. A posse de Vargas, acelerou o processo para o atendimento a essa demanda, pois tinha-se o



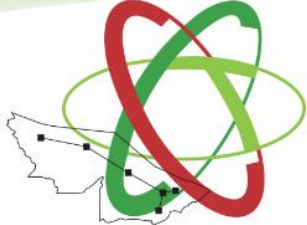
objetivo de acelerar a economia do país e modernizá-la, tendo o mínimo de uma estruturação de um sistema escolar com características nacionais, por essa razão, foi criado logo após Getúlio Vargas assumir a presidência, sob o Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde, sendo Francisco Campos indicado para ser o ministro.

Francisco Campos recebe o apoio da igreja católica, pois ele é um político de base conservadora. A família de Campos é formada de políticos e fazendeiros mineiros, estudou em colégio interno católico, e isso fez com que o então presidente do país visse esse conservadorismo de Campos, como um acesso para que a igreja católica apoiasse o seu governo.

Em 1931, Campos sanciona três decretos dando início nas primeiras mudanças sistema educacional, considerando que anteriormente, eram os estados que tinham autonomia para fazer as reformas de cunho educacionais na qual atendessem as suas demandas. Esses decretos modificaram algumas estruturas de ensino, e Lemme (2005), destaca-os da seguinte forma:

O novo ministro prepara e submete ao chefe do governo três importantes decretos, que são sancionados na mesma data de 11 de abril: o de nº 19.850, criando o Conselho Nacional de Educação, como “órgão consultivo do Ministro da Educação e Saúde nos assuntos relativos ao ensino”; o de nº 19.851, “que instituí a Estatuto das Universidades Brasileiras”; e o de nº 19.852, que dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Em 18 de abril de 1931, pelo Decreto nº 19.890, é totalmente reorganizado o ensino secundário, em moldes modernos, terminando assim o antigo regime dos “exames parcelados” ou dos “preparatórios”. Era essa também uma das reivindicações mais insistentes dos reformadores do ensino brasileiro. Por fim, pelo decreto de 30 de junho, ainda de 1931, é alterado o plano do ensino comercial e criado o curso superior de administração e finanças (LEMME, 2005, p.171).

A reforma do sistema educacional proposta por Campos, tinha um caráter modernizador e político. Porém, não favorecia as classes populares, visto que foi destinada para o ensino secundário, pensando nas universidades, não atendendo as demandas do ensino primário. Ficando entendido que, apesar da



reforma educacional a nível nacional estivesse sendo realizada, ela tinha características elitistas, atendendo as classes dominantes.

Para compreender o posicionamento de Francisco Campos e como ele conduziu através do Ministério da Educação e Saúde as primeiras ações para um início de uma estrutura de ensino que atendesse a modernização que estava acontecendo, se faz necessário conhecer a sua formação de base conservadora e os seus primeiros passos políticos que culminaram na escolha do presidente Getúlio Vargas a indicá-lo como titular do cargo.

### 3.2 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE FRANCISCO CAMPOS

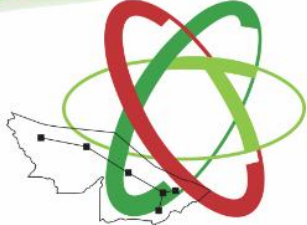
Francisco Luís da Silva Campos, nasceu na cidade de Dolores do Indaiá, em 18 de novembro de 1891, descendente de família tradicional de Minas Gerais, ele foi alfabetizado em casa pela mãe e depois estudou em um colégio interno de São Paulo. Fez o secundário em Minas Gerais e depois cursou a Faculdade Livre de Direito. Campos sempre se destacou por sua oratória, ainda como estudante, fez um discurso póstumo ao presidente Afonso Pena, quando falou sobre democracia.

Em 1912, enquanto estudante de direito e juntamente com colegas de curso, Campos abriu um escritório de procuratórios. Dessa forma, ele se destacou devido aos seus interesses na prática jurídica e no meio político.

Depois de formado, Campos atuou como advogado em Belo Horizonte, mas alguns anos depois se candidatou para ministrar aulas na sua antiga faculdade, conseguindo, através de concurso ser professor da disciplina de Direito Público Institucional.

Considerado uma pessoa culta e com uma grande capacidade intelectual, Francisco Campos foi convidado a se candidatar para deputado estadual pelo estado de Minas Gerais. Foi eleito para o mandato do período de 1919 a 1922, iniciando assim a sua carreira política. Não concluiu seu mandato como deputado estadual, pois se candidatou para a vaga de deputado federal também pelo estado de Minas Gerais, sendo eleito.





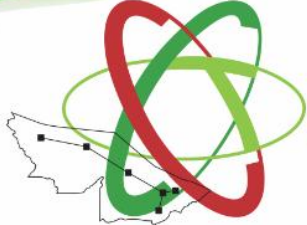
Em 1926, foi convidado por Antônio Carlos, o então presidente de Minas Gerais, para ser Secretário do Interior<sup>1</sup>. Era visto como conservador, pois as suas ações demonstravam que ele queria um estado moderno e antiliberal, mas que também mantivesse as suas bases sociais. Campos sabia que para modernizar e alavancar economicamente um estado, no caso de Minas Gerais, era necessário investir na educação para formar cidadãos capazes e instruídos para transformar a sociedade.

Minas Gerais possuía grandes vantagens para se desenvolver economicamente, tinha uma boa localização, fácil acesso com São Paulo e outras regiões, assim como, recursos minerais e potencial industrial. Porém, o estado de Minas Gerais continuava tendo uma sociedade rural com um alto índice de analfabetismo.

Como Secretário do Interior de Minas Gerais e um descendente da oligarquia mineira, Francisco Campos, sabia como prosseguir para a modernização de Minas Gerais, era necessário educar as classes baixas, para que pudessem participar do processo, porém não queria que sua base social fosse afetada. Sendo assim, a sua própria educação conservadora, controlava o seu objetivo dessa modernização através da educação. As classes menos favorecidas não ascenderiam socialmente, apenas seriam moldadas para a nova fase econômica que o país estava passando, e assim todos continuariam nas suas respectivas classes sociais. Como bem define Oliveira (2011):

Francisco Campos via na escola a finalidade de *moldar* a criança à vida social reinante – como um instrumento de *conservação* – e de formar cidadãos que transformassem a sociedade, modernizando-a. Essa finalidade revela contradição nos ideais de Campos: defender a modernização baseada na liberdade do indivíduo e defender a escola como instrumento de conservação, orientação e disciplina que adapte a criança, isto é, que cerceie sua liberdade (OLIVEIRA, 2011, p. 37).

<sup>1</sup> Segundo Oliveira (2011), a Secretaria do Interior concentrava as medidas de ações políticas, administrativas e institucionais mais importantes do governo, o que incluía o setor educacional.



A criança desde o ensino primário seria moldada, adaptada e disciplinada em seus costumes e preparada para conviver em sociedade. Dessa forma, diminuindo o analfabetismo e organizando esses indivíduos como instrumentos de produção para o processo de modernização industrial.

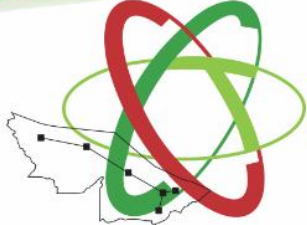
Em sua reforma educacional de Minas Gerais, Campos teve como objetivo, a escola primária. Pensando na alfabetização como marco civilizador para que assim fosse possível o progresso social e econômico. Ele tinha em mente que a reforma ia muito além de acrescentar números de escolas primárias. Os professores precisavam passar por capacitações ou cursos de aperfeiçoamento para que reforçasse uma qualidade de ensino nas escolas. Também propôs mudanças no ensino secundário e instituiu a Universidade de Minas Gerais.

Como Secretario do Interior, Francisco Campos fez transformações substanciais através da educação, mas a sua articulação política ainda era seu ponto forte. Em 1929, como político representante de Minas Gerais, quando Washigton Luís deu seu apoio a Júlio Prestes (São Paulo), ao invés de Antônio Carlos (presidente de Minas Gerais), Francisco Campos deu seu apoio oposicionista, articulando assim para a candidatura de Getúlio Vargas, e posteriormente contribuiu com o golpe militar que fez com que Vargas assumisse a presidência.

### 3.3 A REFORMA FRANCISCO CAMPOS

Após o bom desempenho como Secretário do Interior de Minas Gerais e por ter realizado reformas substanciais que ajudou a modificar a estrutura de ensino de Minas Gerais, destacando o ensino primário, Francisco Campos assumiu o comando do Ministério da Educação e Saúde no dia 14 de novembro de 1930.

O discurso de Campos, tinha um tom revolucionário, no qual abrangia todos os níveis de ensino e priorizando o ensino primário, assim como ocorreu em Minas Gerais, porém o Governo Federal não quis tirar da governabilidade



dos Estados o ensino primário. Dessa forma, Francisco Campos iniciou seu mandato com decretos que determinavam alterações no sistema escolar, como podemos visualizar no quadro a seguir:

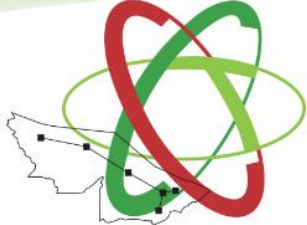
### QUADRO 01 - PRIMEIROS DECRETOS DETERMINADOS POR FRANCISCO CAMPOS ENQUANTO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Decreto	O que estabelece
Decreto 19.850/1931	Criação do Conselho Nacional de Educação.
Decreto 19.851/1931	Organização do ensino superior no Brasil e adoção de regime universitário.
Decreto 19.852/ 1931	Organização da Universidade do Rio de Janeiro.
Decreto 19.890/ 1931	Organização do ensino secundário
Decreto 19.941/1931	Instauração do ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país.
Decreto 20.158/1931	Organização do ensino comercial e regulamentou a profissão de contador.
Decreto 21.241/1932	Consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Moraes, 1992, p.295 - 296.

Os decretos definiam de uma forma bastante objetiva, como seriam as primeiras modificações no ensino. Primeiramente foi criado o Conselho Nacional de Educação, um órgão que estava ligado ao Ministério da Educação e Saúde como um órgão consultivo. Posteriormente, foram decretadas as primeiras modificações no ensino secundário e no ensino superior. Nota-se que, o ministro não fez nenhuma modificação no ensino primário. Foi decretada a criação de universidades, para atender as camadas de elite, assim como foi decretado a instituição do ensino religioso, atendendo assim a igreja católica.

Após os decretos, faz-se necessário destacar algumas alterações no sistema educacional no ensino secundário, como a frequência obrigatória, currículo seriado, e o aumento da duração do secundário, que passou de cinco anos para sete anos. Sendo, os cinco primeiros anos para cursar as disciplinas comuns, e os dois últimos anos se destinava a cursar as disciplinas específicas para aqueles que pretendiam cursar o ensino superior. Na época esse ciclo dos últimos anos do ensino secundário era destinado para aqueles que queriam estudar direito, medicina, engenharia e arquitetura.



A obrigatoriedade da frequência escolar, foi uma das grandes mudanças na reforma, pois o aluno só poderia realizar a prova anual se ficasse comprovado que ele tinha uma frequência mínima de sala de aula. Outro ponto importante na reforma foi a transferência de alunos para outras escolas. Foi determinado que apenas nos meses das férias escolares (janeiro, fevereiro e julho) seria possível mudar o aluno de escola.

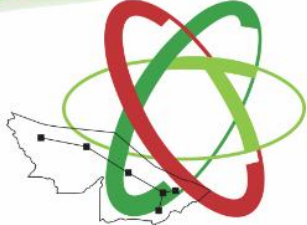
Autores como Dallabrida (2009) e Palma Filho (2010), definem essa reforma do ensino secundário como elitista, pois o aluno passava por um longo período de estudos teóricos e com um currículo mais completo, sendo muito diferente do curso técnico-profissional que eram mais curtos e a avaliação rígida dos estudos criada pela Reforma Francisco Campos, apenas constatava que, somente poucos tinham bagagem teórica e poderiam estudar por um longo tempo até chegar no ensino superior, deixando claro o privilégio daqueles pertencentes a classes dominantes.

Mesmo com características mais elitistas e com a estruturação do ensino secundário, a reforma foi um importante ponto de partida para as mudanças políticas no primeiro momento do governo de Vargas. A educação foi usada como um meio de transformação da sociedade para atender a mudança econômica que o governo queria. Atendia inicialmente os pedidos de educadores para as mudanças do sistema de ensino, e preparava uma parcela da população para atender um país capitalista que iniciava uma fase industrial. A escola ganhou uma organização do lado administrativo e pedagógico, sendo esse o primeiro passo para uma estrutura de ensino escolar voltada uma educação com um currículo mais específico e atendendo as expectativas do escolanovistas utilizando métodos ativos e individuais no processo de aprendizagem.

### 3.4 A GESTÃO DE GUSTAVO CAPANEMA FILHO

Gustavo Capanema realiza em sua gestão na pasta da educação e saúde medidas de cunho nacionalista e centralizador. Para reforçar as medidas de centralização, tinha como foco principal o ensino com controle burocrático por parte do Estado. Já o objetivo estratégico para reforçar o cunho nacionalista era





a educação moral e cívica, a fim de formar o aluno com consciência patriótica (MONTALVÃO, 2021).

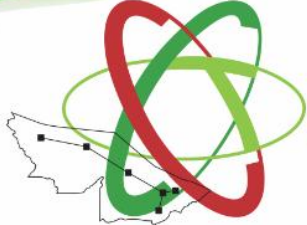
Para a formação do homem com consciência patriótica a educação moral e cívica passa a ser regulamentada em todos os ramos do ensino, conforme nos diz Schwartzman (1985), a educação moral e cívica era objeto de regulamentação minuciosa, devendo ser obrigatoriedade do estado ministrar em todos os ramos do ensino, devendo ser ministrada pelo professor de história do Brasil no curso do ensino secundário.

A gestão de Capanema possui o ideário de formar e consolidar o cidadão político dedicado a construir e fortalecer a nação brasileira. Além de formar o cidadão para ser político, visa que o Estado detenha o controle burocrático nos moldes padronizador e centralizador do sistema de ensino (SOUZA, 2014).

Como ministro da educação, Capanema, defende o ideário que a reconstrução nacional ocorre mediante a modernidade vinculada a elevação da educação e cultura, por meio de preceitos de valores nacionalistas, amor à pátria e trabalho (QUADROS; MACHADO, 2013). No entanto, ao passo que visa a elevação da educação e da cultura para a sociedade os aspectos de divisão entre as classes sociais podem ser notados. Um desses aspectos fica claro ao instituir o ensino profissional para formação de mão de obra como dever do estado e reformular o ensino do segundo grau em compartimentos distintos para atender separadamente as necessidades de formação da juventude e das classes sociais (LEMME, 1997).

Outro aspecto de divisão entre classes sociais durante o governo do Estado Novo pode ser observado mediante a proposta para a educação dividida entre ensino técnico-profissional na estrutura de ensino verticalizado voltado à classe trabalhadora e o ensino secundário destinado a preservar o elitismo acadêmico HILSDORF (2017).

Em substituição do ministro Washington Ferreira Pires, Gustavo Capanema assume o ministério da educação e saúde em 23 de julho de 1934, com o ideário de desenvolvimento nacionalista modernizador da nação. Conta com a assessoria de grandes intelectuais educadores brasileiros do movimento



modernista para contribuir em sua gestão na busca pela reestruturação do sistema educacional brasileiro como por exemplo Anísio Spinola Teixeira e o pedagogo Manoel Bergstrom Lourenço Filho (QUADROS; MACHADO, 2013; SOUZA, 2014).

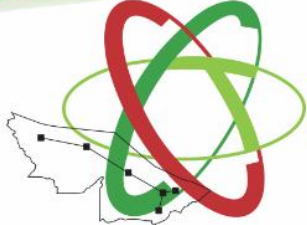
### 3.5 A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Durante o período de 1937 a 1945, denominado de Estado Novo, o Brasil passa por reformas de cunho administrativo e estrutural no ministério da Educação. Gustavo Capanema, com o ideário de formar cidadão dedicados ao fortalecimento da nação, assumi o ministério da Educação e inicia um conjunto de mudanças no sistema educacional brasileiro.

A reforma do sistema educacional realizada por Gustavo Capanema ocorre de forma gradual pela implantação de decretos que modifica consideravelmente os níveis de ensino brasileiro. Estabelece a separação entre o ensino técnico-profissionalizante e ensino secundário, institui o ensino voltado a aprendizagem industrial e comercial destinado as classes trabalhadoras.

No pacote de reformas aprovados e implantados por Capanema durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, estão como principais decretos: Decreto-lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, que cria o SENAI; Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, lei orgânica do ensino industrial; Decreto-lei nº 4.244 de 09 de abriu de 1942, lei orgânica do ensino secundário; Decreto-lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943, lei orgânica do ensino comercial (CAMPELO, 2017; MONTEIRO et al., 2013; ROMANELLI, 1986).

Em 22 de janeiro de 1942, com o objetivo de aperfeiçoamento da mão de obra industrial e com a visão compartilhada com a Federação da indústria, Gustavo Capanema, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, vinculado ao ministério da educação com competência de aprendizagem aos industriários, organização e administração das escolas de aprendizagem para a indústria em todo o país (SOUZA, 2014).



O ensino industrial é instituído pelo Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, destinado a classes operária da indústria, trabalhadores artesanais e trabalhadores dos transportes, comunicações e pesca, organizado em primeiro e segundo ciclo. O primeiro ciclo, obedece a ordem de ensino industrial básico, mestria, artesanal e aprendizagem. Já o segundo ciclo, segue a ordem de ensino técnico e pedagógico.

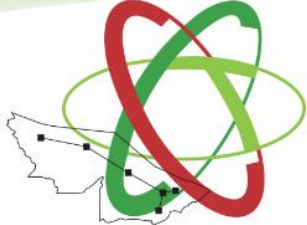
Além de serem divididos em dois ciclos, o ensino industrial fica constituído em três modalidades: ordinários, extraordinários e avulsos. A autora Monteiro et al. (2013) demonstra que a modalidade ordinária é composta pelos cursos básico, mestria, artesanal e aprendizagem, técnico e pedagógico. A modalidade extraordinária é composta por cursos de qualificação e aperfeiçoamento e a modalidade avulsa constituído por conhecimento de atualidades técnicas.

O prazo para integralização do ensino industrial compreende o período de dois anos para maestria (formação de mestres), entre 03 e 04 anos de duração para formação de técnico e um ano para a formação do curso pedagógico. Os cursos artesanais e aprendizagem variáveis conforme o currículo (MONTEIRO et al., 2013).

A luz do Decreto- lei nº 4.244 de 09 de abriu de 1942, Gustavo Capanema reformula o ensino secundário que passa a ser dividido em dois ciclos: O primeiro ciclo chamado de ginásial e o segundo ciclo ficou conhecido como colegial. O primeiro ciclo, denominado de ginásial, passa a ter duração de 04 anos e constitui uma formação de caráter geral. O segundo ciclo, denominado de colegial, passa a ter duração de 03 anos e constitui como objetivo a formação para o ingresso no ensino superior.

Além da mudança no prazo para integralização, o ciclo do colegial fica subdivido em dois eixos ou segmentos, o Clássico e o Científico. O segmento clássico destinado a pessoas com habilidades e aptidões voltadas para ciências humanas. O segmento científico destina-se para alunos que se identificavam na área de ciências naturais.

O currículo dos dois segmentos, clássico e científico, eram semelhantes e possuem em comum as disciplinas de: Português, Francês, Inglês, Espanhol,



Matemática, Física, Química, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Filosofia e Educação Física que passou a ser obrigatória até 21 anos de idade. A diferença estava na disciplina de Ensino Grego que era ministrada apenas para o segmento clássico, enquanto a disciplina de Desenho era ministrada apenas para o segmento científico (TREVIZOLI; VIEIRA; DALLABRIDA, 2013).

O próprio Capanema destacava a diferença na matriz curricular do ciclo colegial dividido nos eixos clássicos e científicos com vistas a públicos diferentes, a saber:

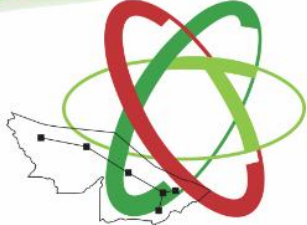
A diferença que há entre eles, dizia Capanema, é que no primeiro [o clássico] a formação intelectual dos alunos é marcada por um acentuado estudo das letras antigas, ao passo que, no segundo [o científico] a maior acentuação cultural é provavelmente do estudo das ciências. Entretanto, a conclusão tanto de um como de outro dará direito ao ingresso em qualquer modalidade de curso do ensino superior (CAPANEMA, 1952, apud SOUZA, 2008, p. 181- 182).

O ensino secundário, em sua forma geral e curricular, almeja preparar o aluno para ingresso no ensino superior em qualquer área pretendida. Já o ensino técnico-profissionalizante possui o objetivo de formar as classes populares de modo a formar o aluno para atender necessidades específicas da sociedade, divididas em três aspectos:

O ensino técnico-profissional converge para um mesmo fim: 01 – Formar profissionais para atender a necessidade de setores específicos; 02 – Possibilitar aos jovens e adultos que não possuem diplomas a qualificação técnica e profissional objetivando o aumento da eficiência e produtividade; 03 – Dar o suporte necessário aos profissionais diplomados e habilitados (PILETTI, 1996, p. 91).

Saviani (2007) complementa o caráter dualista proposto pela reforma que separa o ensino secundário do ensino profissional. Destaca ainda que o ensino secundário era destinado às elites condutoras e o ensino profissionalizante destinado ao povo menos afortunado.





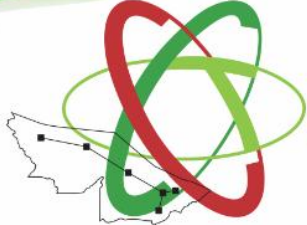
Corroboram com esse pensando Trevizoli, Vieira e Dallabrida (2013), ao destacar que durante a reforma Capanema, o ensino secundário manteve o perfil elitista evidenciado pelo fato dos alunos que frequentavam o ensino ginásial e colegial poucos eram provenientes das classes populares.

Em 28 de dezembro de 1943, Capanema organiza o ensino comercial mediante o Decreto-lei nº 6.141. A finalidade expressa no decreto detém o objetivo de formar o aluno para o comércio, seguido de formação para auxílio nas atividades administrativas e auxílio aos negócios tanto públicos como privados (BRASIL, 1943).

O ensino comercial, após a reforma de Capanema, passa a ser dividido em dois ciclos. O primeiro ciclo constitui o curso comercial básico, com duração de 04 anos e finalidade de formação geral e fundamental à área de comercial. O segundo ciclo constituído por cinco cursos denominados “cursos comerciais técnicos”, sendo eles: curso de comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. Cada qual desses cursos com prazo para integralização de três anos (BRASIL, 1943).

Além de ser dividido em dois ciclos o ensino comercial possui três categorias diferentes: formação, continuação e aperfeiçoamento. A categoria de formação é constituída pelo primeiro e segundo ciclo. A categoria continuação é formada por cursos práticos de primeiro ciclo, destinados a alunos não diplomados no ensino comercial para dar uma preparação de caráter profissional que habilite para atividades comerciais e administrativas. A categoria de aperfeiçoamento, poderia ser tanto do primeiro quanto do segundo ciclo, e eram destinados a elevação dos conhecimentos e técnicas dos profissionais já diplomados (BRASIL, 1943).

Para dar aceleração à mudança do ensino, Capanema amplia o número de ofertas de vagas nas escolas secundárias para dois turnos. A moderna organização do ensino secundário de caráter autoritário atribuiu controle de regras didática-pedagógicas ao estado. O funcionamento das instituições de ensino teria que cumprir requisitos impostos pelo Departamento Nacional de Ensino.



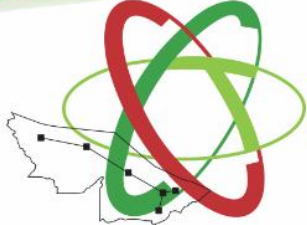
As leis orgânicas detinham um cunho corporativista destinado a promover grupos políticos e religiosos em detrimento da classe mais pobre da população e vinculava cada tipo de ensino as profissões requeridas pelas organizações sociais (CAMPELO, 2017).

## 4 CONCLUSÕES

A base tradicional familiar de Francisco Campos o determina como um perfil conservador, ele estudou em escolas tradicionais e os seus familiares foram pessoas importantes no cenário social e político mineiro, fazendo com que suas tradições e convenções não fossem mudadas. Isso o faz um reformista da educação mais comedido, na qual ele queria que a população tivesse uma instrução no mínimo básica, porém não era para todos, aqueles que vieram do mesmo berço que ele é que poderiam usufruir deliberadamente do conhecimento escolar. Porém, isso não o impediu de ter uma visão modernistas em relação ao avanço econômico do país. Campos sabia a importância da escola para a sociedade, moldar, instruir e orientar eram ações que para ele eram necessárias para se ter uma sociedade civilizada e moderna, ou seja, o pensamento positivista estava presente em suas ações políticas.

A sua atuação política foi de grande importância tanto para Minas Gerais, enquanto Secretário do Interior, como para o âmbito nacional, enquanto Ministro da Educação e Saúde. Suas articulações políticas e seus ideais para a melhoria do sistema educacional são realmente um marco histórico importante para o nosso país, uma vez que, ele inseriu características de escolarização que foram base para que houvesse outras reformas posteriores no país.

Ele atendeu as reivindicações que perduraram durante a República Velha, com intelectuais e educadores já afirmando a necessidade de uma reforma escolar a nível nacional. Seu objetivo, era de deixar um sistema escolar parecido como o sistema europeu, com sistemas seriados, organizados, com idiomas como latim e francês sendo obrigatórios no ensino secundário, tornando a escola mais centralizada.



Essa valorização do conhecimento escolar, era visto como um marco modernizador, pois dessa forma a população estava sendo preparada e instruída de forma que os preparassem para a sociedade e para o trabalho, contribuindo para a nova fase que o país tinha intenção de se estabelecer, um país efetivamente industrializado.

Na gestão de Gustavo Capanema como ministro da educação e saúde confere uma visão de estruturação ao sistema de ensino. Sua principal reforma pode ser caracterizada pela instituição do ensino técnico profissionalizante, visto que à época o país passava pelo processo de industrialização e carecia de formação de mão de obra para trabalhar no setor industrial, principalmente com a execução dos serviços operacionais.

No entanto, é nítido que a gestão de Capanema, alinhada com a gestão de Getúlio Vargas, mantém o caráter dualista e elitista. Destina o ensino técnico-profissionalizante à classe trabalhado menos favorecida e o ensino secundário prioritariamente a classe elitista.

## REFERÊNCIAS

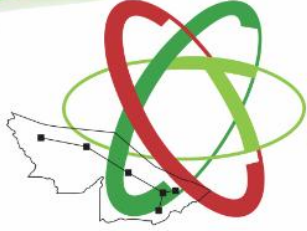
BRASIL. **Decreto n. 4.244**, de 09 de abril de 1942. Publicação Original. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.html>> Acesso em 28 de maio de 2022.

BRASIL. **Decreto n. 6.141**, de 28 de dezembro de 1943. Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 28 de maio de 2022.

CAMPELO, Calebe Lucas Feitosa. Reforma Capanema e Reforma Mendonça Filho: primeiras aproximações. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, 22 – 25 de agosto de 2017.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, v. 32, n. 2, 10 jul. 2009.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo. Cernage Learnig. 2003.



LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Gustavo Capanema e o ensino secundário no Brasil: a invenção de um legado. **História da Educação (Online)**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 1-31, dez. 2021.

MONTEIRO, Ana Clédina Rodrigues; DIAS, Ana Lúcia Braz; PIRES, Célia Maria Carolino; GONÇALVES, Harryson Júnio Lessa. Marcas e trajetórias da educação profissional no Brasil parte 2: das escolas de aprendizes artífices à reforma capanema. **Revista Iluminart**, São Paulo, ano V, n. 10, 2013.

MORAES, Maria Célia. Educação e política nos anos 30: a presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 73, n. 174, 1992.

OLIVEIRA, Pâmela Faria. **Ações modernizadoras em Minas Gerais: a reforma educacional Francisco Campos (1926-30)**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso Educação: História e Historiografia da Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13849>. Acesso em: 23 mai. 2022.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. Universidade Estadual Paulista. **Caderno de Formação de Professores Educação, Cultura e Desenvolvimento**. São Paulo: UNIVESP, v. 1, p. 85-103, 2010.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 6. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

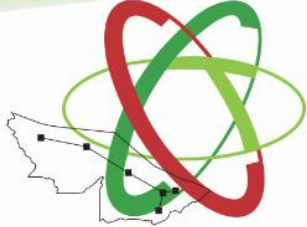
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: A organização escolar**. 8ª edição. São Paulo. Cortez: Autores Associados. 1988.

QUADROS, Raquel Dos Santos. MACHADO, Maria Cristina Gomes. O ministro Gustavo Capanema e a ação cultural do ministério da educação e saúde na era Vargas. **Revista arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, vol.1, num.2, jul - dez, 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8. Ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.





SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 66, n. 153, p. 165-172, maio/agosto, 1985.

SOUZA, Agnes Cruz de. Gustavo Capanema: presença e onipresença na educação brasileira. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, Volume 5, nº 1, p. 01-12, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo, SP: Cortez, 2008.

TREVIZOLI, Dayane Mezuram; VIEIRA, Letícia; DALLABRIDA, Norberto. As mudanças experimentadas pela cultura escolar do ensino secundário devido a implementação da Reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. In: **ANAIS DO COLÓQUIO" ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA**. 8., 2013, Florianópolis. v. 3, n. 3, p. 1-13, 2013.